

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.279 - RS (2019/0008922-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : MINERBRÁS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO : EDUARDO BRIDI - RS030718
ADVOGADOS : RAQUEL RUARO DE MENEGHI MICHELON E OUTRO(S) - RS048145
BIANCA ELISA GALIOTTO - RS059588
ADVOGADA : ROBERTA FELIPPI E OUTRO(S) - RS067779
AGRAVADO : DORA MARIA KANIESKI
ADVOGADOS : JUAREZ MARCHET - RS039312
LASIER BERTOLUZ E OUTRO(S) - RS041755
FRANCIELLY SEGALLA - RS081354

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO REIVINDICATÓRIA E AÇÃO DE USUCAPIÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283 DO STJ. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. REEXAME DE PROVAS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

MINERBRÁS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MINERBRÁS) ajuizou ação reivindicatória contra DORA MARIA KANIESKI (DORA), que foi julgada improcedente e a ação de usucapião ajuizada por DORA foi julgada procedente.

A apelação interposta por MINERBRÁS não foi provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. USUCAPIÃO. REIVINDICATÓRIA. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PLEITO "AD USUCAPIONEM" E IMPROCEDENTE A REIVINDICATÓRIA. Ajuizada ação reivindicatória em decorrência da procedência de ação anulatória de negócio jurídico de compra e venda, no qual foram expressamente ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé adquirentes dos lotes decorrentes do negócio jurídico originário; e, sendo a parte ré da ação reivindicatória e autora da ação de usucapião, um desses adquirentes, impõe-se a manutenção da sentença que julgou improcedente a ação dominial e procedente a ação de aquisição ad usucapionem. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (e-STJ fls. 409)

Os embargos de declaração interpostos por MINERBRÁS foram rejeitados. (e-STJ fls. 439).

Com a interposição de recurso especial por MINERBRÁS, foi

reconhecida a omissão do acórdão recorrido. Em novo julgamento dos embargos de declaração, o acórdão assim ficou ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ANULADOS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JULGAMENTO DE PONTOS INDICADOS PARA REEXAME. A EMBARGANTE OBJETIVA ESCLARECIMENTOS SOBRE OS SEGUINTE PONTOS:

A) CONTRADIÇÃO NO QUE SE REFERE AO MARCO INTERRUPTIVO DA PRETENSÃO AQUISITIVA DO IMÓVEL, QUANDO DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENCAMINHADA À DORA, NO ANO DE 2006;

B) CONTRADIÇÃO QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, CONSIDERANDO QUE A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU RECONHECEU O USUCAPIÃO COM BASE NO ARTIGO 1.238, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL E O TRIBUNAL DE ORIGEM RECONHECEU O USUCAPIÃO COM BASE NO ARTIGO 1.242, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL.

PONTUOU AINDA QUE HÁ OMISSÃO QUANTO AO RECONHECIMENTO DA BOA-FÉ DE DORA, APESAR DE CONSTAR EXPRESSAMENTE NA MATRÍCULA DE N.º R.8/26.136, OBJETO DA ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, A AVERBAÇÃO ACERCA DA LITIGIOSIDADE DO IMÓVEL QUANDO DA SUA AQUISIÇÃO, NÃO TENDO O TRIBUNAL E O RELATOR SE NÃO PRONUNCIADO SOBRE TAIS QUESTÕES, COM VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

PREQUESTIONAMENTOS.

1) Quanto ao marco interruptivo da pretensão aquisitiva do imóvel:

Os argumentos deduzidos pela embargante já trazem em seu próprio bojo a resposta que encaminhou ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, porque se o Relator reconheceu que a embargada reside no imóvel desde 1988, com ânimo de dona, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, ao menos até a data de 25.08.2006, quando da notificação de oposição encaminhada pela empresa ora embargante, não há qualquer dúvida sobre a ocorrência da prescrição aquisitiva, que não foi interrompida pela notificação da empresa.

Não se pode exigir o cumprimento do prazo do Código Civil anterior, se já ao tempo de sua entrada em vigor estabelecer prazo menor para a usucapião extraordinária. Seria penalizar quem exerce posse mansa e pacífica por mais de 15 anos e premiar o proprietário desidioso em seu dever de manter a posse sobre sua propriedade.

2) Quanto à fundamentação legal da usucapião:

Com nova vênua ao embargante, o acórdão entendeu que o

suporte fático satisfeito foi o do usucapião extraordinário privilegiado no tempo (artigo 1.238,; parágrafo único, do Código Civil).

E não há contradição porque ficou consignado no Acórdão que a autora do usucapião, na sua petição inicial, requereu pedidos alternativos:

usucapião ordinário geral (artigo 1.242, "caput", do Código Civil) ou usucapião extraordinário privilegiado no tempo (artigo 1.238, parágrafo único, do Código Civil).

Omissão quanto ao não reconhecimento da boa - fé de Dora: Registre-se que o fato de constar expressamente na matrícula de n.º R.8/26.136 a averbação acerca da litigiosidade do imóvel quando da sua aquisição, não desqualifica o exercício de posse da usucapiente, mormente quando o suporte fático da usucapião extraordinária não exige tal pressuposto - a boa -fé - para a sua perfectibilização.

O acórdão destacou expressamente tal questão: "a boa -fé,º em casos tais, não é elemento constitutivo do suporte fático." 3)

Prequestionamentos:

A alegação de prequestionamento tem representado uma forma de nova feição recursal, quando na realidade somente se presta, de acordo com o artigo 1.025 do Código de Processo Civil, para ponderar sobre preceitos legais, visando eventual possibilidade de recurso para cortes superiores, mas que tem trazido prejuízo à regular tramitação processual, causando retenção de processos.

Todavia, não há exigibilidade de o Julgador indicar de forma expressa todos os fundamentos legais eventualmente incidentes sobre o caso, sendo exigido constitucionalmente que o Julgador' apresente suas razões de fato e de direito, sem necessidade de tipificação de seus argumentos decisórios.

DESACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. (e-STJ fls. 689/691)

Inconformada, MINERBRÁS interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 1.238, parágrafo único, do CC; 1º, 167, inc. I, item 21, e inciso II, item 12, da Lei 6.015/73, ao sustentar que (1) não foram preenchidos os requisitos da usucapião, pois houve a averbação na matrícula do imóvel em questão, não podendo negar os registros notariais, que atendem à eficácia *erga omnes* e aos princípios da publicidade e da continuidade dos registros; (2) a recorrida jamais adquiriu o imóvel com ânimo de dona, pois sabia da existência da ação anulatória em curso e do risco de desfazimento do negócio; (3) não foram preenchidos os requisitos da posse ininterrupta e a inexistência de oposição; (4) a recorrida tinha ciência da situação do imóvel, o que é incompatível com a boa-fé; (5) deve ser dado o mesmo entendimento adotado nos casos de aplicação da Súmula 375 do STJ, no que se refere à publicidade dos registros cartorários, e (6) há divergência jurisprudencial a respeito da

configuração da proposição de ação judicial como oposição à posse.

O apelo nobre não foi admitido em virtude **(i)** da ausência de prequestionamento dos arts. 1º e 167 da Lei 6.015/73; **(ii)** da incidência da Súmula 283 do STF; e **(iii)** da incidência da súmula 7 do STJ, óbice ao recurso interposto pela alínea *a e c*.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, MINERBRÁS sustentou que **(a)** houve o prequestionamento implícito dos arts. 1º e 167 da Lei 6.015/73; **(b)** impugnou os fundamentos do acórdão; e **(c)** não é caso de incidência da Súmula 7 do STJ.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 849/867).

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

(1/6) Dos arts. 1.238, parágrafo único, do CC; 1º, 167, inc. I, item 21, e inciso II, item 12, da Lei 6.015/73

Inicialmente, o Tribunal de origem assim consignou no acórdão dos embargos de declaração interpostos contra o acórdão da apelação:

Os argumentos deduzidos pela embargante já trazem em seu próprio bojo a resposta que encaminhou ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, porque se o Relator reconheceu que a embargada reside no imóvel desde 1988, com ânimo de dona, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, ao menos até a data de 25.08.2006, quando da notificação de oposição encaminhada pela empresa ora embargante, não há qualquer dúvida sobre a ocorrência da prescrição aquisitiva, que não foi interrompida pela notificação da empresa.

A embargada já teria preenchido os requisitos da usucapião extraordinária antes da notificação, nos termos do que dispõe o artigo 1.238, parágrafo único, do Código Civil.

(...)

Registre-se que o fato de constar expressamente na matrícula de n.º R.8/26.136 a averbação acerca da litigiosidade do imóvel

quando da sua aquisição, não desqualifica o exercício de posse da usucapiente, mormente quando o suporte fático da usucapião extraordinária não exige tal pressuposto - a boa -fé - para a sua perfectibilização.

O acórdão destacou expressamente tal questão: "a boa -fé, em casos tais, não é elemento constitutivo do suporte fático." Repiso: por ocasião da notificação de Dora e o ajuizamento da ação petítória por parte da embargante a usucapião já se encontrava aperfeiçoada. (e-STJ 705/707)

Verifica-se que o Tribunal estadual concluiu que foram preenchidos os requisitos da usucapião extraordinária previstos no art. 1.238, parágrafo único, do CC, e fundamentou também que essa usucapião não exige o pressuposto da boa-fé.

Todavia, nas razões do especial, a recorrente não impugnou especificamente esse fundamento, ou seja, não foi impugnado que não é exigido o pressuposto da boa-fé para a usucapião extraordinária, prevista no art. 1.238, parágrafo único, do CC, limitando-se, em suma, a sustentar que a recorrida não agiu com boa-fé e que não preencheu os requisitos da posse ininterrupta e da inexistência de oposição.

Tal deficiência nas razões recursais, atraí, a esse respeito, o óbice do enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE DESPEJO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERIDOS.

1. É inadmissível o recurso especial quando as razões apresentadas se mostrarem dissociadas da matéria tratada pela decisão recorrida, não sendo impugnados fundamentos do acórdão que, por si sós, são suficientes para manter o inteiro teor do decisum. Aplicação, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF.

2. A reforma do julgado quanto a conclusão de não ter sido configurado cerceamento de defesa, ante o indeferimento da prova testemunhal demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 921.974/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 23/8/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. EXECUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC/1973. NÃO

OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS NÃO ATACADOS. SÚMULA Nº 283/STF. REEXAME DE PROVAS E DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A ausência de impugnação dos fundamentos do aresto recorrido enseja a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

3. Tendo o tribunal de origem decidido a causa com base na análise do contrato firmado entre as partes e nos elementos fático-probatórios dos autos, alterar sua conclusão atrai a incidência das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 833.798/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 9/8/2016, DJe 16/8/2016)

Quanto ao preenchimento do requisitos para a usucapião (*a embargada reside no imóvel desde 1988, com ânimo de dona, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, ao menos até a data de 25.08.2006, quando da notificação de oposição encaminhada pela empresa ora embargante*), verifica-se que a Corte estadual amparou sua conclusão no conjunto fático probatório dos autos e, alterar esse entendimento, necessário seria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Ressalte-se que, diante da conclusão do Tribunal *a quo* no sentido de que não há necessidade da boa-fé para a configuração dos requisitos da usucapião extraordinária, desinfluyente a alegação de ofensa aos arts. 1º e 167 da Lei 6.015/73.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor MINERBRÁS, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC. Ressalte-se não ser aplicável, no caso, o limite previsto no § 2º do mesmo artigo, porque a verba honorária foi estipulada com base na equidade.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

